

Declaração de Blöenfontein

Tratado sobre Aquisição, Exploração e Administração de
Recursos Hídricos

Preâmbulo

O Presidente da República da África do Sul,

O Presidente da República Argentina,

O Presidente da República Popular da China,

O Presidente dos Estados Unidos da América,

Sua Majestade o Rei dos Países Baixos,

O Presidente da República Islâmica do Irã,

através de seus representantes plenipotenciários devidamente acreditados,

Ressaltando a importância dos recursos hídricos como elemento essencial à manutenção da vida,

Reconhecendo a escassez, a contaminação, o desperdício e o mau uso dos recursos hídricos como ameaças à humanidade e à sociedade internacional como um todo,

Conscientes de que a busca por recursos hídricos é motor para diversos conflitos, internos e internacionais, ao redor do globo,

Convencidos de que, em função de sua importância biológica, econômica, política e social, a administração de recursos hídricos deve ser tratada no âmbito internacional,

Motivados pelos princípios da solidariedade, da fraternidade e do respeito entre nações,

Buscando garantir às populações de seus países, de suas regiões, e de todo o globo, o acesso a um recurso básico ao seu desenvolvimento e bem-estar,

Desejosos de que seus esforços na confecção deste acordo sejam pilares para um futuro próspero e harmônico,

Considerando os direitos humanos, os valores morais, as garantias individuais e o princípio da dignidade da pessoa humana,

Reafirmando as preocupações manifestas pela Assembleia Geral das nações Unidas ao editar os Objetivos do Milênio,

Respeitando as normas dispostas e os valores preconizados na Carta das Nações Unidas,

Observando as recomendações da Organização Mundial da Saúde, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,

Considerando as previsões da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados,

Ressaltando o respeito à soberania dos países signatários como princípio basilar à confecção de Tratados,

Sem Prejuízo de costumes internacionais, princípios gerais de direito, normas imperativas de direito internacional, decisões judiciais de cortes internacionais ou tratados anteriores, que disponham em contrário,

Em consenso e pleno acordo decidiram que:

Dispositivo

Seção I

Dos Termos

Artigo 1º

Para os fins desse tratado, as nações signatárias entendem por:

- a) “Recursos Hídricos”: Toda reserva de água doce própria ao consumo humano, independente do estado físico no qual se encontre;
- b) “Recurso Hídrico Nacional”: Toda reserva de água doce própria ao consumo humano, que se encontre por inteiro dentro do território nacional de um Estado;
- c) “Recurso Hídrico Compartilhado”: Toda reserva de água doce própria ao consumo humano que se encontre concomitantemente dentro do território nacional de mais de um Estado. A reserva é compartilhada entre os Estados em cujos territórios estiver localizada;
- d) “Recurso Hídrico Internacional”: Toda reserva de água doce própria ao consumo humano que se encontre em território internacional, ainda que parcialmente;
- e) “Recurso Hídrico Estrangeiro”: Toda reserva de água doce própria ao consumo humano, nacional a outro Estado, ou compartilhada por outros Estados, que não aquele do qual se observa;
- f) “Recuso Hídrico Potencial”: Toda reserva de água que possa se tornar própria ao consumo humano;

- g) “Mecanismo de Purificação”: Toda tecnologia que, se aplicada, torne própria ao consumo humano a reserva de água contemplada;

Seção II

Da Responsabilidade

Artigo 2º

- I- Os Estados signatários têm dever de cuidado para com todo recurso hídrico do qual tenham conhecimento, devendo evitar condutas que comprometam o seu uso, qualquer que este possa ser;
- II- O dever de cuidado aplica-se a todos os nacionais, físicos ou jurídicos, onde quer que seja, e a todos os estrangeiros, físicos ou jurídicos, que operem dentro de território do Estado signatário;
- III- A inobservância ao dever de cuidado importa aplicação de eventuais sanções por parte do Estado afetado ou da Corte Internacional de Justiça;

Artigo 3º

- I- Os Estados signatários têm o direito e o dever de proteger todo recurso hídrico ao qual tenham acesso, devendo tomar as medidas necessárias a impedir o comprometimento de seu uso, qualquer que este possa ser;
- II- O direito e o dever de proteção são exclusivos do Estado signatário, não podendo ser delegados a entes independentes da administração estatal, públicos ou privados;

III- A proteção a recursos hídricos compartilhados ou internacionais deve ser feita em conjunto e mediante consulta aos demais Estados que disponham do recurso hídrico;

IV- A inobservância do dever de proteção importa a aplicação de eventuais sanções pelo Corte Internacional de Justiça;

Artigo 4º

I- Os Estados signatários são responsáveis por toda alteração que acometa recursos hídricos, se decorrentes do uso dentro de seu território, ou do uso por seus nacionais, físicos ou jurídicos, onde quer que seja;

II- A responsabilidade pela alteração verificada pode ser atribuída a qualquer ente nacional ou estrangeiro, público ou privado, físico ou jurídico, desde que possua comprovada relação com a exploração ou aquisição do recurso hídrico afetado;

III- A responsabilidade extingue-se se comprovada a não relação do uso do recurso hídrico dentro do território de um Estado, ou por parte de nacional do Estado, com a alteração verificada;

IV- A responsabilidade não pode ser inteiramente transmitida a ente independente da administração estatal. A responsabilidade persiste contra o Estado onde se deu a alteração e contra o Estado cujos nacionais a promoveram;

V- A responsabilidade importa a justificação de eventuais sanções por parte de órgãos competentes;

Artigo 5º

- I- Os Estados signatários têm o dever de legislar em tempo razoável quanto à responsabilização pela alteração de recursos hídricos, bem como sobre o dever de cuidado e o dever de proteção que decorrem da utilização destes;
- II- A disposição em contrário desta convenção não importa prejuízo aos seus dispositivos;

Seção III

Da Aquisição

Artigo 6º

- I- Os Estados signatários se comprometem a não se utilizar de meios para aquisição de recursos hídricos que comprometam a utilização destes ou de outros recursos por parte dos demais Estados;
- II- Os Estados signatários que se considerem prejudicados pelos métodos de aquisição adotados por outro Estado se comprometem a buscar a solução do conflito por vias diplomáticas, antes de adotarem quaisquer medidas que possam ser consideradas sanções;
- III- Os Estados signatários se comprometem a suspender os métodos de aquisição adotados tão logo outro Estado alegue ser afetado por prejuízos dele decorrentes. Os métodos de aquisição poderão ser retomados tão logo se chegue a um acordo, ou a aquisição do recurso hídrico mostre-se imprescindível ao país que a conduz;
- IV- A aquisição de recursos hídricos que aproveitará a mais de um Estado é da responsabilidade de todos eles em conjunto, ainda que perpetrada por apenas um dos envolvidos;

Artigo 7º

- I- Os Estados signatários têm liberdade para tornar nacional, no todo em parte, recurso hídrico internacional do qual outro Estado não faça uso, desde que siga as disposições da presente Declaração, em especial as do Artigo 6º;
- II- Para além das disposições do Artigo 6º, a aquisição do recurso hídrico internacional por parte de um Estado deve ser comunicada a todos os demais Estados signatários;

Artigo 8º

- I- Os Estados signatários têm a liberdade de adquirir recursos hídricos por meio de comércio com outros Estados, desde que este não acarrete prejuízo às demais disposições da presente Declaração;

Artigo 9º

- I- Os Estados signatários se comprometem a não conduzir métodos para aquisição de recursos hídricos que ofereçam risco ao meio ambiente, ou que prejudiquem qualquer população dele dependente;

Seção IV

Da Exploração

Artigo 10

- I- Os Estados signatários têm liberdade soberana na exploração de recursos hídricos nacionais, observando-se as demais disposições da presente Declaração;

- II- A exploração de recursos hídricos compartilhados é disciplinada através de acordo entre os Estados que os compartilham, sem prejuízo, no entanto, das disposições da presente Declaração;
- III- A exploração de recursos hídricos internacionais é disciplinada pela presente Declaração, e realizada mediante acordo dos estados signatários interessados na exploração do mesmo recurso;
- IV- Os Estados signatários reconhecem toda forma de exploração de recurso hídrico, artesanal ou industrial, destinada a envasamento, irrigação, geração de energia, transporte, ou qualquer outro uso que possa ser feito, desde que em conformidade com as demais disposições da presente Declaração;
- V- Os Estados signatários reconhecem a exploração de recursos hídricos com objetivo econômico ou comercial, desde que este não prejudique seu uso por parte de populações dele dependentes, e em conformidade com as demais disposições da Declaração;

Artigo 11

- I- Os Estados signatários têm o direito de oferecer concessões à exploração de recursos hídricos a entes independentes da administração estatal, sejam estes nacionais ou estrangeiros, físicos ou jurídicos, públicos ou privados;
- II- Os Estados signatários têm o direito e o dever de fiscalizar a exploração de recursos hídricos por entes independentes da administração estatal, bem como assegurar o cumprimento das disposições da presente Declaração, e proceder com a devida responsabilização do ente concessionário nas esferas civil, penal e administrativa, se verificada a violação do aqui disposto;
- III- Os Estados signatários têm o direito e a liberdade de dispor dos direitos de exploração, findos os prazos estabelecidos nos contratos de concessão. A exploração por entes concessionários pode e deverá ser interrompida durante

o prazo estabelecido, apenas se comprovada a violação de um dos dispositivos desta Declaração, ou responsabilidade do ente concessionário por qualquer alteração que prejudique a integridade do recurso hídrico explorado;

Artigo 12

- I- Os Estados signatários são responsáveis por todo e qualquer impacto decorrente da exploração de recursos hídricos potenciais sobre o meio ambiente, dos demais recursos hídricos, ou a saúde pública;
- II- Os Estados signatários se comprometem a fiscalizar toda exploração de recursos hídricos potenciais realizada dentro de seu território, com objetivo de garantir a segurança de seu uso, seja ele qual for;
- III- Recursos hídricos destinados ao envasamento e consumo humano, bem como à irrigação e ao uso relacionado ao meio ambiente, quando originários da purificação de recursos hídricos potenciais, devem ser identificados como tal, de modo a garantir a segurança e liberdade de escolha daqueles que os utilizam;

Artigo 13

- I- Os Estados signatários se comprometem a não conduzir qualquer exploração de recurso hídrico, ou aplicar tecnologia na exploração de recurso hídrico, que ofereça risco concreto ao meio ambiente, ou a qualquer população dele dependente;

Seção V

Da Administração

Artigo 14

- I- Os Estados signatários se comprometem a: ao explorar recursos hídricos, sejam estes nacionais, compartilhados, ou internacionais, o fazer de maneira responsável e programada, evitando exploração abusiva que possa vir a exaurir o recurso hídrico em tempo menor que o natural;
- II- Os Estados signatários têm o direito e o dever de alertar a comunidade internacional acerca de qualquer exploração de recursos hídricos que se verificar flagrantemente abusiva, ainda que este recurso seja estrangeiro ou internacional;
- III- O Estado signatário que perpetrar exploração abusiva de recurso hídrico será responsabilizado por tal ato e pode sofrer sanções pela Corte Internacional de Justiça;
- IV- Os Estados signatários se comprometem a delimitar o uso de recursos hídricos compartilhados junto dos demais Estados que deles usufruam, de modo a evitar uma exploração abusiva do mesmo;

Artigo 15

- I- Os Estados signatários estabelecem a distribuição de recursos hídricos ao consumo humano, mediante envasamento ou irrigação, como função primária da exploração dos mesmos;
- II- Os Estados signatários se comprometem a descontinuar qualquer exploração de recursos hídricos direcionada a outros usos, quando estes importem prejuízos a exploração destinada ao consumo humano ou a irrigação;

III- Os Estados signatários se comprometem a promover a melhor distribuição de recursos hídricos dentro de seus territórios, de forma a contemplar todas as populações de maneira digna e sustentável;

Seção VI

Da Declaração

Artigo 16

- I- Os Estados signatários tem o direito de impor reservas à presente Declaração no ato de sua ratificação;
- II- Toda e qualquer reserva imposta pelos Estados signatários à presente declaração deve ser motivada por escrito e apresentada aos demais Estados signatários no momento de sua ratificação;
- III- A validade e eficácia das reservas impostas estão condicionadas a sua aceitação por escrito por dois terços dos Estados signatários. A recusa de propostas de reserva também devem ser motivadas por escrito;
- IV- Os Estados signatários têm um prazo de trinta dias para a apreciação de quaisquer reservas propostas por outros Estados signatários;

Artigo 17

- I- A presente Declaração é aberta a todo e qualquer Estado que dela quiser ser signatário, sem restrições geográficas ou políticas de qualquer tipo;

II- O pedido de adesão por parte de Estados deve ser feito por escrito e encaminhado a todos os Estados signatários que já efetuaram ratificação da presente convenção;

III- A adesão de Estado à presente Convenção é condicionada a aceitação de um terço dos Estados ratificantes, podendo esta ser expressa, quando por escrito, ou tácita, quando verificado o silêncio durante trinta dias após encaminhado o pedido;

IV- Verificados os requisitos dispostos nos incisos superiores, o Estado cuja adesão foi aceita fica autorizado a assinar e ratificar a presente Declaração;

Artigo 18

I- A violação de qualquer dispositivo da presente Declaração não importa o fim da mesma, nem desonera o Estado violador das demais obrigações dela decorrentes;

II- A presente Declaração não se extingue em casos de guerra, violação substancial ou rompimento das relações diplomáticas entre Estados ratificantes;

III- A denúncia unilateral da presente Declaração deve ser feita por escrito e encaminhada à todos os Estados signatários. Sua eficácia está condicionada a aceitação unânime, por escrito, dos Estados ratificantes;

Artigo 19

I- Os Estados signatário apontam a Corte Internacional de Justiça como órgão judicial competente a arguir qualquer descumprimento das disposições da presente Declaração;

Artigo 20

I- O disposto na presente Declaração passa a ter eficácia tão o logo o primeiro Estado signatário a ratifique.

Assina em nome:

do Presidente da República da África do Sul

Pedro Dias de Souza Mouta Christino

do Presidente da República Argentina,

Guilherme Silveira da Rosa Wurch Duarte

do Presidente da República Popular da China,

Katherine Araújo Masetto Lima

do Presidente dos Estados Unidos da América,

Rodolfo Gomes Silva

de Sua Majestade o Rei dos Países Baixos,

Stefano Rocha Brandão Machado

do Presidente da República Islâmica do Irã,

Vitor Frankenfeld Machado

Da Confecção do Tratado

A formulação de um tratado se mostrou uma tarefa mais árdua do que, à princípio, pensada. Encontramos vários desafios de percurso que nos fizeram parar e rever todo o trabalho, muitas vezes o alterando por inteiro.

Nossa primeira discussão se deu em torno do tema do tratado. Muitos tópicos foram sugeridos, entre eles: comércio de armas de fogo, armas nucleares, agricultura, tarifas alfandegárias. Chegamos a dar início a um deles, mas esse se mostrou impossível de concluir. Os países escolhidos rivalizavam demais sobre tais temas, condenando o tratado desde sua origem ou o tornando praticamente inaplicável à situação concreta.

Um caso que pode exemplificar nossa questão é quando optamos por fazer um tratado sobre medicamentos. A discussão se deu principalmente entre Estados Unidos e China. Os Estados Unidos são um grande produtor de medicamentos e detentor de grande maioria de patentes. A China possui um programa de produção de medicamentos de larga escala, colocando, todavia, a qualidade dos produtos em dúvida. Percebemos que seria impossível a formulação de um tratado que envolvesse patentes, produção e controle de qualidade, tornando a ideia do tratado inócua.

Desviamos, então, para temas de relevância atual, mas que não fossem tão belicosos. Após um estudo do cenário mundial, encontramos na questão de “recursos hídricos” um terreno fértil para a possibilidade de negociação sem, todavia, ser algo tolo.

Definido o tema, procuramos uma base para a estrutura formal. Cada um dos membros se propôs a procurar um acordo que pensava ser estética e formalmente útil. Assim, poderíamos filtrar nossos anseios e teríamos uma ideia mais palpável do que fazer. Dos seis tratados indicados, nossa maior dificuldade foi optar entre a Carta das Nações Unidas e o Tratado de Lisboa. No final, decidimos pelo último, pois se apresentava de um texto esteticamente mais apreciável e de feitura mais simples.

Marcamos a primeira reunião para a discussão na própria UERJ, dando tempo para que cada um dos componentes do grupo estudasse sobre o país que representaria, a fim de tornar o texto mais verossímil possível. A situação do primeira rodada de negociações foi interessante, uma vez que cada membro pareceu mais dedicado a defender o interesse de seu país do que fazer o tratado. No final, conseguimos aprender bastante sobre cada um dos membros signatários e tínhamos decidido o nome do tratado, mas não tínhamos praticamente nenhuma linha pronta.

Nas reuniões seguintes, tendo em vista a baixa produção do primeiro encontro, focamos nas questões mais relevantes ao tratado, permitindo que o texto se apresentasse lentamente. Cada artigo deveria levar em conta o interesse de todos os países, tornando-o mais próximo à realidade. Cada debate trazia questões relevantes, muitas vezes nos enfurecendo porque parecia não ter uma solução viável para determinado impasse. Chegamos, muitas vezes, a declarar guerra entre os países como forma de aliviar a tensão na mesa. Quando tudo se definiu, o alívio foi grande o suficiente para nos deleitarmos na sensação de término. O conteúdo estava pronto, agora era transformar o acordo em tratado.

Para a formatação dos artigos, tomamos mais cuidados do que em qualquer outro texto já escrito. Queríamos evitar ambiguidades, redigir o texto em uma linguagem que pareceu mais própria à situação, impedir repetições desnecessárias e refrear inconsistências gramaticais. Tornamo-nos preciosistas gramaticais sem perceber. O conteúdo que, de início, parecia a parte mais trabalhosa, cedeu lugar ao cuidado

formalístico do mesmo. Nunca foi tão revoltante ter uma língua tão complexa e perfeita quanto o Português.

Sobre a produção de tratado, aprendemos que os artigos padronizadores de definições devem ser os últimos a serem escritos, pois nunca sabemos quais termos serão realmente utilizados ou quais serão redundantes ao texto. Além disso, os artigos que falam sobre adesão e reserva são os mais fáceis de escrever. O cuidado gramatical é fundamental e trabalhoso. Os debates podem ser muito interessantes, mas é necessária certa dose de paciência e autocontrole para evitar desastres.

O trabalho foi uma experiência, no mínimo, interessante.